

Intervenção no Património Arqueológico de Penafiel Protecção, valorização e divulgação

Maria José Santos*

Resumo

A presente comunicação pretende ser apenas uma sùmula dos ùltimos sete anos de intervençãO no património arqueol3gico de Penafiel, constituindo uma sùntese do ponto de situaçãO relativo às actividades desenvolvidas pelo Museu Municipal em mat3ria de estudo e investigaçãO, protecçãO e salvaguarda, valorizaçãO e divulgaçãO do património arqueol3gico penafidelense.

Abstract

The present communication intends nothing else than to be a summary of the last seven years of intervention in the archaeological patrimony in Penafiel, constituting a synthesis of the present situation as far as the activities undergone by the Municipal Museum are concerned in matters of study and investigation, protection and safeguard, valuation and divulgation of the archaeological patrimony of Penafiel.

O Museu Municipal de Penafiel constitui, em termos orgânicos, um Sector que estã integrado no ServiçO de Cultura e Turismo da DivisãO dos Assuntos Sociais e Culturais da Cãmara Municipal de Penafiel. No seu Regulamento Interno, aprovado em ReuniãO de Cãmara de 10 de Julho de 2006, o Museu Municipal assume como vocaçãO “*proteger e contribuir para uma leitura abrangente e integrada do património cultural da sua àrea de intervençãO, assegurando no*

presente o direito à cultura e à fruiçãO cultural e salvaguardando-o para as futuras gerações” (art.º 3º, n.º 2), sendo sua missãO, entre outras, “*apoiar a polìtica de planificaçãO e gestãO dos recursos culturais do Municìpio, com uma intervençãO activa na identificaçãO, classificaçãO, preservaçãO, investigaçãO e promoçãO do património cultural (m3vel, im3vel e imaterial)*” (art.º 4º, n.º 1), “*estudar, salvaguardar, valorizar e divulgar o património m3vel e im3vel à*

* T3cnica Superior de Arqueologia do Museu Municipal de Penafiel

sua guarda, promovendo, de forma sistemática, a investigação e o debate científico sobre matérias pertinentes” (art.º 4º, n.º 2), e ainda *“tornar públicos os resultados dessa investigação e debate, quer sob a forma de edições próprias, quer pela participação em publicações conjuntas, tanto ao nível da investigação científica como da divulgação e publicitação”* (art.º 4º, n.º 3).

Para a área do património, através do Serviço de Gestão do Património Cultural, são ainda objectivos específicos do Museu Municipal (art.º 5º):

- “inventariar, estudar e documentar os bens móveis e imóveis que permaneçam in situ e o património imaterial com interesse municipal”;
- “propor superiormente a classificação de bens móveis, imóveis e imateriais, participando especialmente no procedimento conducente à inventariação ou classificação como de Interesse Municipal”;
- “participar no trabalho de campo e investigação documental conducentes à elaboração da Carta do Património Cultural Municipal”;
- “realizar trabalhos arqueológicos, de acordo com a legislação em vigor, na área do Município”;
- “integrar os elementos constantes na Carta do Património Cultural Municipal nos instrumentos legais e ferramentas de gestão e ordenamento do território, nomeadamente Plano Director Municipal, Planos de Pormenor, Planos de Ordenamento e no Sistema de Informação Geográfica Municipal”;
- “elaborar informações e pareceres relacionados com o património cultural do Município e respectivas zonas de protecção”;
- “acompanhar e intervir em obras públicas municipais (e particulares mediante deliberação da Câmara Municipal) com impacto em bens culturais, particularmente os constantes na Carta do Património Cultural Municipal”;
- “conceber e propor medidas de protecção e zelar

pela preservação e valorização do património cultural municipal”.

Em termos de recursos humanos para a área do património arqueológico, o Museu Municipal de Penafiel dispõe presentemente de uma arqueóloga integrada no quadro e de uma arqueóloga avençada, responsável pelo projecto de investigação e valorização do Castro de Monte Mozinho¹, contando ainda com outros arqueólogos que conosco colaboram assiduamente, na maior parte dos casos a título voluntário². Evidentemente, o Serviço de Gestão do Património Cultural conta também com o apoio dos restantes elementos do Museu, num ambiente de trabalho em que prevalece o espírito de equipa e em que as tarefas são compartilhadas, diluindo-se no contexto da actividade própria do Museu³.

1. Protecção e Salvaguarda

Porque para proteger é necessário conhecer, iniciámos em 2000 o reconhecimento sistemático de todos os sítios, monumentos e estações arqueológicas inventariados nas 38 freguesias do Município de Penafiel com vista à urgente elaboração de uma nova Carta do Património, que viria a integrar a Carta de Condicionantes do Plano Director Municipal, na altura em revisão e entretanto aprovado⁴. (Fig. 1)

Partimos também, a par do reconhecimento no terreno, da reunião de informação que se encontra dispersa em vários estudos, e iniciámos um longo trabalho de prospecção arqueológica com vista à identificação, confirmação e inventariação de sítios. Deste labor resultaram 54 novas áreas de protecção ao património, perfazendo um total de 148 sítios inventariados e protegidos pelo PDM de Penafiel, em que as zonas relativas ao património arqueológico constituem grande parte do total das áreas de salvaguarda⁵. (Fig. 2)

¹ Referimo-nos, no caso concreto, a Teresa Pires de Carvalho.

² É o caso de Teresa Soeiro, Directora do Museu Municipal, Helena Bernardo, Susana Leite, Ana Anileiro e Laura Sousa, que colaboram amiúde com o Museu Municipal de Penafiel, tornando-o também um pouco seu.

³ Actualmente, a equipa do quadro do Museu Municipal de Penafiel é composta por Maria José Santos, Rosário Marques, Céu Basto, Manuel Ribeiro, Lúcia Pacheco, Ana Azeredo e Mário Ribeiro.

⁴ O novo Plano Director Municipal de Penafiel já se encontra em vigor, tendo sido publicado na 1ª Série do Diário da República, N.º 197, de 12 de Outubro – Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2007.

⁵ Estes números divergem da contagem apresentada nas Jornadas de Arouca, em 2004 (Santos, 2005a:42), já que até à entrada em vigor do novo P.D.M., em 2007, inventariámos entretanto mais dezoito áreas de protecção.

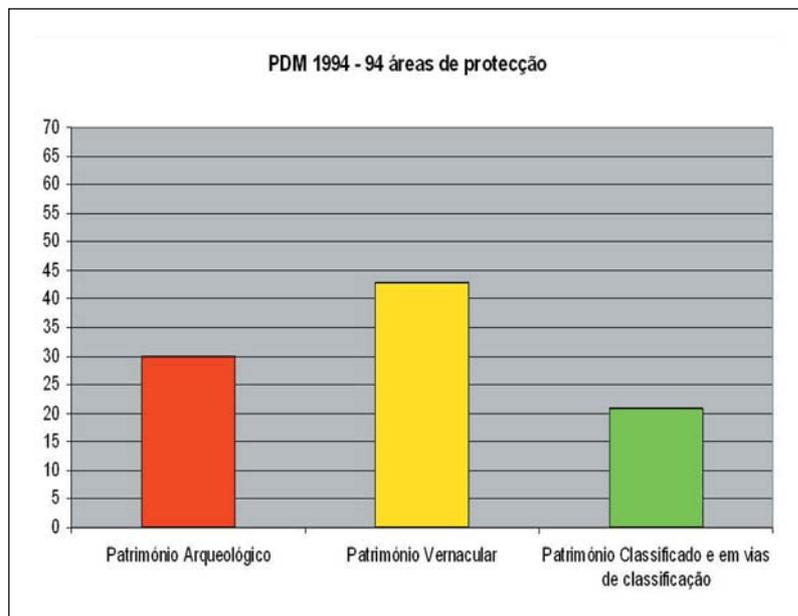


Figura 1. Áreas de protecção estabelecidas no PDM de 1994

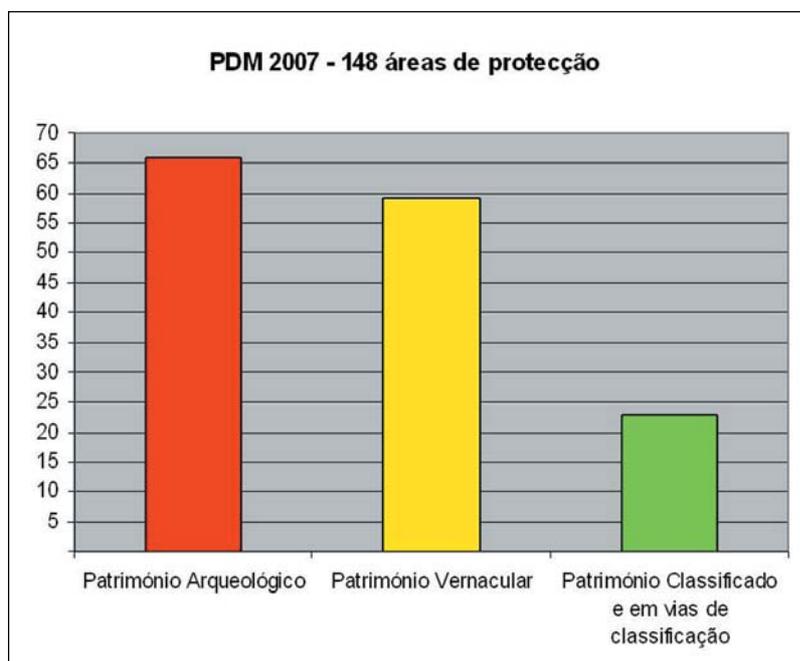


Figura 2. Áreas de protecção estabelecidas no PDM de 2007

Com a entrada em vigor do novo PDM, por força do seu Regulamento, todos os processos de obras que se localizem em Áreas de Património Arqueológico e em Áreas de Protecção e Enquadramento ao Património passam a ficar sujeitos ao parecer dos serviços competentes da autarquia, neste caso do Museu Mu-

nicipal, e da Comissão Municipal do Património Cultural e Paisagístico, criada em 2003, sem prejuízo do parecer prévio das entidades de tutela no caso dos imóveis classificados e em vias de classificação. A criação desta Comissão foi aprovada em Reunião de Câmara de 17 de Fevereiro de 2003, sendo a escolha dos seus elementos determinada por Despacho do Presidente. Presidida pelo chefe do Executivo, integram-na um representante do Departamento de Gestão Urbanística, um representante do Museu Municipal, uma personalidade de reconhecida competência nas áreas específicas de actuação da Comissão, e ainda um cidadão de reconhecido mérito pelos seus conhecimentos e estudos sobre Penafiel (Santos, 2005a: 42-43). Apesar de já ter reunido algumas vezes, ainda antes da entrada em vigor do novo Plano Director, tendo procedido à análise de alguns processos de obras e de vários pedidos de classificação, esta Comissão não tem funcionado de forma sistemática. Assim, tem sido o Museu Municipal a assegurar a emissão dos pareceres de obras localizadas em áreas de protecção ao património, impondo as necessárias condicionantes arqueológicas e medidas de minimização sempre que necessário.

Para esta gestão directa das questões de protecção e salvaguarda do património arqueológico no âmbito do licenciamento foi necessário criar, e sobretudo manter, uma articulação capaz entre os diversos ser-

viços da autarquia, nomeadamente com o Departamento de Gestão Urbanística (DGU) e o Departamento de Serviços Técnicos e Ambiente (DSTA).

Implementámos, por isso, uma série de procedimentos administrativos e de expediente que visaram facilitar a tramitação processual dos projectos com condi-



Figura 3. Vista geral do edifício de Santa Luzia

cionantes arqueológicas, nomeadamente a criação de um documento explicativo que é enviado aos requerentes com processos condicionados, por forma a informá-los devidamente dos passos a seguir⁶. Por outro lado, a tramitação dos processos de licenciamento de obras com condicionantes arqueológicas fica sujeita, para efeitos da emissão do alvará, à anexação ao processo das autorizações do IGESPAR e da Delegação Regional de Cultura que comprove a existência de um plano de trabalhos arqueológicos aprovado, elaborado por um arqueólogo certificado para aquele projecto em concreto.

Ao longo destes sete anos emitimos dezenas de informações e pareceres relativos a obras particulares e municipais situadas em áreas de protecção ao património, impondo as necessárias condicionantes. Para

fomentar o cumprimento das mesmas, tem sido política do Município apoiar os projectos de construção ou remodelação de moradias unifamiliares através da prestação gratuita do serviço de arqueologia, uma vez que se comprove que o projecto não se destina a estabelecimentos comerciais ou empreendimentos com fins lucrativos⁷. Neste âmbito realizámos, por isso, cerca de 20 acompanhamentos arqueológicos de obras particulares, aos quais se somaram ainda cerca de 10 obras municipais.

Foi numa destas situações de acompanhamento que identificámos, por exemplo, os vestígios românicos provenientes da medievá igreja de S. Pedro

de Abragão, de que falaremos mais à frente.

Temos também conseguido manter uma certa vigilância sobre os sítios arqueológicos inventariados e classificados, que fazemos através de visitas regulares a cada um deles, informando de imediato a Câmara e as entidades de tutela das situações de risco eminente. Apesar disso, nas poucas circunstâncias em que estas medidas se impuseram, realizámos algumas escavações de emergência, como foi o caso da escavação da necrópole do castro de Monte Mozinho, em 2004⁸, e da intervenção no lugar de Santa Luzia, em 2001, em que na sequência da construção de uma moradia unifamiliar foi descoberto um pequeno edifício com ocupação romana do Baixo Império, que escavámos na íntegra e que incluímos depois no PDM. (Fig. 3)

⁶ Verificámos que este simples documento, enviado ao requerente por carta registada, constitui efectivamente um meio muito eficaz de o responsabilizar perante o incumprimento das condicionantes arqueológicas. Na prática, deparámo-nos nos primeiros anos com várias situações em que, por alegado desconhecimento, os requerentes ou promotores de obras muitas vezes não cumpriam as condicionantes impostas, dando início aos trabalhos sem atender às mesmas. Resultavam destas situações vários constrangimentos, incómodos para todas as partes, para além das inerentes dificuldades burocráticas do processo. Mas uma vez que a falta de informação efectivamente existe, pese embora a ignorância perante a Lei não seja argumento, cabe-nos a nós, numa perspectiva de prevenção e como forma de salvaguarda do património arqueológico, contribuir para o cabal esclarecimento das populações face às condicionantes impostas no âmbito do licenciamento, obtendo-se daqui resultados mais positivos do que as acções penalizadoras e sanções aplicadas. Por outro lado, desde que se implementou este procedimento, verificámos que os requerentes compreenderam que não mais podiam esconder-se no desconhecimento, pelo que as situações de incumprimento perante a arqueologia diminuíram substancialmente.

⁷ Nestes casos, o promotor da obra faz um requerimento à Câmara solicitando o apoio dos serviços municipais, que, após analisado o projecto, é levado à reunião do Executivo para aprovação. No entanto, este apoio gratuito está sujeito à disponibilidade e calendarização do serviço de arqueologia, sendo prestado apenas quando possível, uma vez que é dada prioridade às obras municipais e às tarefas inerentes às actividades do Museu.

⁸ Os resultados preliminares desta intervenção foram apresentados por Teresa Pires de Carvalho no âmbito das Jornadas que agora se editam.

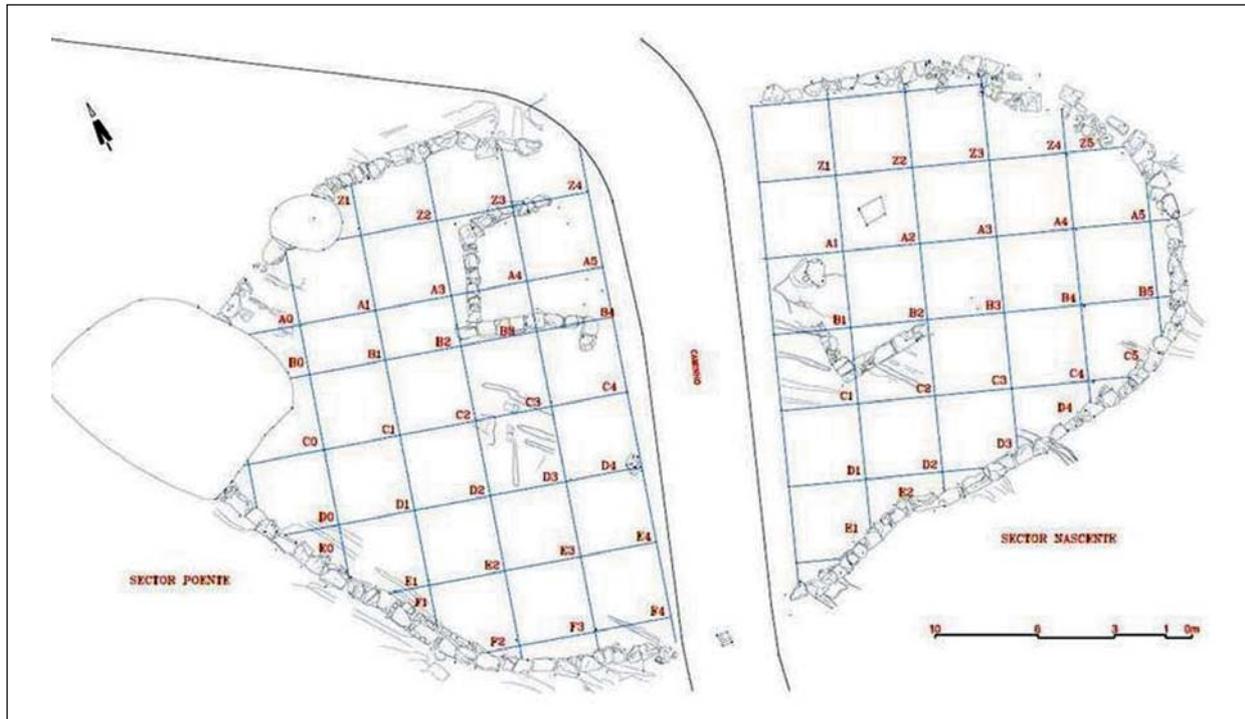


Figura 4. Planta da escavação do Mosteiro das Freiras

Iniciámos ainda em 2002 a escavação de outro sítio arqueológico - o Mosteiro das Freiras, situado no planalto da Serra do Mozinho, na partilha das freguesias de Pinheiro e Figueira⁹. Este pequeno eremitério feminino, da invocação de Santa Iria, é actualmente atravessado por um caminho público que, apesar de ser um caminho de monte em terra batida, tem muita utilização por constituir um atalho que encurta bastante a distância entre as freguesias de Valpedre e Capela. O caminho divide a estação ao meio e cortou a pequena cerca ovalóide que a delimita. Por isso, a intenção de se escavar este eremitério passou sobretudo pela questão da sua salvaguarda, mais do que pelo interesse científico do sítio, sendo a escavação a melhor forma que encontramos de mostrar às populações que ali existiam vestígios arqueológicos que urgia proteger e salvaguardar. (Fig. 4)

Mas, na verdade, a população penafidense e as Juntas de Freguesia têm colaborado de forma muito

activa na protecção do património arqueológico, que assumem como seu, alertando muitas vezes o Museu Municipal para situações de risco e solicitando o nosso apoio para projectos de animação e valorização locais. Em boa parte dos casos, é por iniciativa de particulares que são trazidas ao Museu peças arqueológicas que acabam por integrar o acervo, chegando-nos também desta forma informações preciosas de novos sítios e de achados fortuitos, que de imediato vamos confirmar no terreno.

2. Valorização e Divulgação

Já no âmbito da conservação e valorização do património arqueológico do concelho, o Museu Municipal tem tido nos últimos anos um papel fundamental, seguindo uma política de intervenção física nos sítios escavados que se impunha manter.

⁹ Esta intervenção foi realizada no âmbito do nosso projecto relativo ao PNTA/2002-2005 – *Arqueologia Medieval do Concelho de Penafiel*, e foi integralmente custeada pelo Município, uma vez que o projecto não recebeu qualquer apoio financeiro por parte do I.P.A.. Os seus resultados ainda não foram apresentados, esperando-se a sua publicação numa próxima edição do Museu Municipal, que congregará os resultados das várias intervenções arqueológicas realizadas no concelho desde 2000.



Figura 5. Trabalhos de restauro do edifício B da Bouça do Ouro em Junho de 2007

Assim, continuámos as acções anuais de limpeza e manutenção do castro de Monte Mozinho e do casal romano da Bouça do Ouro, em Boelhe, que foi escavado por Teresa Soeiro entre 1991 e 1994¹⁰. Neste último caso, procedemos em Junho passado ao restauro do edifício B, que se encontrava em muito mau estado de conservação, tendo estas acções sido integralmente custeadas pelo Município e apoiadas pela Associação de Amigos do Museu. (Fig. 5)

Quanto à intervenção no Mosteiro das Freiras, que anualmente tem também uma campanha de limpeza e manutenção, face à pouquíssima potência do solo e ausência de estratigrafia arqueológica, após vários contactos com a população mais próxima e os donos do terreno, viemos a descobrir que este sítio havia sido já escavado por Elísio Ferreira de Sousa, algures entre as décadas de 40 e 50 do século XX. O eremitério era constituído por uma pequena cerca elíptica, sendo ainda visíveis no seu interior as paredes de um pequeno edifício rectangular, provavelmente a capela, e os alinhamentos de uma segunda estrutura, maior e com

restos de uma lareira, que provavelmente constituiria a residência das devotas. Desta intervenção, apesar de não podermos contar com leituras estratigráficas arqueológicas nem com cerâmicas representativas, foram recolhidos alguns numismas que situaram cronologicamente a ocupação do sítio desde pelo menos o século XIV até ao século XVI¹¹.

Com estes três sítios arqueológicos já estudados e devidamente salvaguardados, havia então que passar à fase de valorização e divulgação dos mesmos, que está actualmente em curso.

No caso do castro de Monte Mozinho, este processo teve início ainda em 1997/1998, então coordenado por Teresa Soeiro, tendo-se na altura con-

templado um conjunto de acções de consolidação das estruturas, definição de percursos de visita e edição de material informativo, nomeadamente o roteiro (Soeiro, 1998c), o folheto, o cartaz e as colecções de slides e de postais, que foram apoiados pelo FEDER através do Sub-Programa C do ProNorte (Soeiro, 1998a:287-296). (Fig. 6)

O esforço do Município em continuar este projecto de valorização do castro de Monte Mozinho aproveitando as verbas disponíveis do IIIº QCA continuou através da candidatura à Medida 3.9 do POC, em 2001, agora com Teresa Pires de Carvalho à frente do projecto. Com este financiamento conseguiu-se a construção das infraestruturas de apoio ao visitante, nomeadamente o Centro Interpretativo, com um pequeno Auditório de 50 lugares, e os sanitários públicos (Carvalho, 2005:107-120). Para além destes edifícios foram também construídos um pequeno laboratório, uma arrecadação e duas residências, sendo uma delas destinada a casa do guarda e a outra, com quatro quartos e capacidade para 14 pessoas, destinada a albergar

¹⁰ Os resultados desta intervenção encontram-se publicados em Soeiro, 1998b:5-62, e Carvalho, 1998:63-78.

¹¹ Os numismas encontram-se actualmente em restauro, tendo Mário Barroca amavelmente feito uma leitura preliminar dos mesmos. Das cinco moedas encontradas identificaram-se um provável real preto de D. João I ou D. Duarte, meio real preto de D. Afonso V, e ainda dois ceitis, um dos quais provavelmente atribuível a D. João III ou a D. Manuel. O quinto numisma recolhido é um fragmento de moeda em bronze, completamente ilegível e em muito mau estado de conservação.



Figura 6. Vista aérea do castro de Monte Mozinho (Foto Penaguião & Burnay)

as equipas de escavação, com possibilidade de, eventualmente, vir também a ser utilizada como casa de campo para arrendar.

Já em 2003, o Município de Penafiel consegue novos financiamentos para a promoção do sítio arqueológico de Monte Mozinho, através da iniciativa comunitária INTERREG III – A e da candidatura à Medida 2.2, num projecto de arqueoturismo transfronteiriço que envolveu os Municípios portugueses de Penafiel, Miranda do Douro, Mogadouro e as Deputações espanholas de Ávila e de Salamanca (Carvalho, 2005:114-115). No âmbito deste projecto conjunto, *Rota dos Castros e Verracos*, foram realizadas campanhas de escavação arqueológica, uma exposição itinerante, várias maquetas do castro, nova edição de materiais de informação e divulgação, bem como o *site* oficial do projecto, no endereço www.castroseverracos.com¹². Para além destas acções, adquiriu-se igualmente o mobiliário e material informático para o Centro Interpretativo, casa dos arqueólogos e para o laboratório, tendo sido estes equipamentos inaugurados em

2004, com a realização do colóquio *Castro, um lugar para habitar*, também subsidiado pelo mesmo programa¹³. Para a sinalética, mobiliário urbano e para completar o recheio e equipamento informático do Centro laboratório está agora em curso um projecto financiado pelo programa LEADER+, em execução desde 2006 e que ficará concluído no final deste ano.

O castro de Monte Mozinho constitui um núcleo dependente do Museu Municipal com óptimas as condições de acesso e de fruição, tendo ao dispor do visitante um conjunto de infraestruturas que permitem não só a sua valorização, como também

a sua promoção a nível nacional. O Mozinho tem, desde 2004, um guarda permanente, que habita no local, e que vai fazendo a manutenção e limpeza da área do castro, zelando igualmente pela vigilância da área. O Centro Interpretativo está aberto ao público de 5ª-feira a Domingo das 14.00h às 18.30horas, e encontra-se equipado com três maquetas (do castro, da casa-pátio castreja e da casa romana), painéis informativos e algumas peças da necrópole em exposição. O visitante pode também ali consultar variada bibliografia disponível, visionar no Auditório um pequeno filme acerca do castro e das suas escavações, e também recolher a informação necessária, nomeadamente o folheto e o roteiro de visita, antes de iniciar o seu périplo pela área arqueológica. As visitas guiadas para grupos são feitas por nós e pela arqueóloga responsável pelo projecto, gratuitamente, e realizam-se em qualquer dia da semana mediante marcação prévia através do Museu Municipal.

Mas nem só o castro de Monte Mozinho é alvo de financiamentos no âmbito dos quadros comunitários

¹² Deste programa saiu uma edição final conjunta: Ser Quijano, Gregório del (Coord.) – *Rota dos Castros e Berrões de Ávila, Salamanca, Miranda do Douro, Mogadouro e Penafiel* – Institución Gran Duque de Alba, Diputación de Ávila, 2006. A página *web* tem também um endereço espanhol, em www.castrosyverracos.com.

¹³ As actas do Colóquio encontram-se publicadas em *Cadernos do Museu*, Museu Municipal de Penafiel, 2005, n.º 11.



Figura 7. Vista do conjunto de sepulturas medievais rupestres da Quintã

de apoio. Foram, por isso, elaboradas pelo Museu Municipal e pelo DGU, através dos arquitectos José Melo, Cristina Carvalho e Ana Santos, três candidaturas ao programa LEADER+ com vista à valorização e divulgação do património arqueológico do Município.

A primeira destas candidaturas, designada *Itinerário Arqueológico do Vale do Tâmega - Penafiel*, abrange as freguesias de Peroselo, Luzim e Boelhe, e foi já aprovada, iniciando-se a sua execução ainda em Dezembro de 2007. Neste projecto procurou criar-se um itinerário que conseguisse unir coerentemente vários monumentos com cronologias muito diversas, mas que careciam de uma acção concreta de valorização para que pudessem efectivamente ter condições de visita que justifiquem a sua promoção e divulgação. (Fig. 7)

O itinerário proposto tem início na Igreja de Peroselo, passando depois pelas sepulturas medievais rupestres da Quintã, junto da Capela de Santa Catarina, que serão alvo de uma requalificação ao nível da limpeza e da remoção de elementos obsoletos, com tratamento do pavimento e da envolvente do conjunto. Daí o visitante poderá encaminhar-se para a zona da necrópole

megalítica da Tapada de Sequeiros, em Luzim, onde se encontram o menir e as gravuras rupestres conhecidas como Pegadinhas de S. Gonçalo. Esta área será igualmente alvo de limpeza e tratamento da cobertura vegetal, criando-se uma pequena zona de estacionamento e condições de acesso para que peões e bicicletas possam fazer o trajecto de ligação ao segundo núcleo de gravuras rupestres, em Lomar, através do caminho milenar que cruza a Serra de Luzim. Chegando a este ponto, o visitante poderá ter uma melhor perspectiva do pequeno penedo onde se encontram as insculpturas sem ter de subir ao mesmo, nomeadamente através da construção de uma estrutura pergolada que permitirá observar o conjunto de

cima, protegendo-se assim o núcleo rupestre da acção erosiva das “solas de sapatos”. Descendo já em direcção ao Tâmega, poder-se-á ainda visitar a igreja românica de S. Gens de Boelhe, valorizada no âmbito do projecto da *Rota do Românico do Vale do Sousa*, passando-se também pelo casal romano da Bouça do Ouro, cujo restauro já abordámos, culminando-se a visita na pequena Capela de Passinhos, de onde o visitante poderá descer até às margens do rio. (Fig. 8)

O objectivo deste projecto foi potenciar o rico património arqueológico ligado ao vale do Tâmega atra-



Figura 8. Gravuras rupestres de Lomar

vés de pequenas intervenções físicas na zona dos monumentos e na sua envolvente, nomeadamente no que concerne à melhoria das condições dos acessos, colocação de sinalética adequada, direccionada e informativa, em cada um dos sítios, e algum mobiliário urbano complementar. Como suporte imaterial destas acções, e como veículo de informação e divulgação deste itinerário, foi prevista a edição de dois folhetos, que complementarão a sinalética informativa de proximidade e que visam dar melhores condições de fruição ao visitante mais curioso, que procura um conhecimento mais aprofundado.

No mesmo sentido foram ainda apresentados mais dois projectos ao programa LEADER+, que actualmente se encontram aprovados em regime de *overbooking* mas que o Município vai executar mesmo sem financiamento.

Relativamente ao primeiro destes projectos, o *Percurso Patrimonial de Santa Marta*, o visitante é mais uma vez convidado a ver mais do que um monumento. Tratando-se, neste caso, de uma freguesia muito próxima da cidade de Penafiel, pensamos que facilmente este itinerário será um complemento de visita para quem esteja no centro histórico, tendo por isso grande potencial ao nível da divulgação e promoção junto do público. O projecto prevê a intervenção em três dos monumentos mais relevantes e reconhecidos da freguesia de Santa Marta, muito próximos entre si e de fácil acesso porque situados ao longo da estrada municipal, estando associados à velha via que por ali passava, vinda de Penafiel rumo à ponte de Canaveses, em direcção a Mesão Frio e ao Douro interior (Santos, 2005b:69-72, 83).

O trajecto tem início com a passagem pela ponte medieval, que será alvo de limpeza e consolidação, recuperando-se também as margens do rio Cavalum como zona de lazer. Daí o visitante segue para a Anta de Santa de Marta, criando-se na envolvente do dólmen um percurso pedonal cuidado, delimitado por espécies arbustivas tradicionais, como alfazemas e rosmaninhos, para correcção do caminho de acesso actual, que se faz por um carreiro pela parte posterior da anta. Pretende-se assim conduzir o visitante a chegar ao monumento através do seu corredor, respeitando a entrada natural do mesmo. A cobertura vegetal da envolvente do dólmen, e nomeadamente o pouco que resta da sua mamoa e couraça, será igualmente alvo de tratamento paisagístico, com plantação de prado

rasteiro após a limpeza e remoção dos eucaliptos que actualmente infestam o local. (Fig. 9)

Do lado oposto da estrada, no terreno fronteiro à anta, encontram-se ainda três sepulturas medievais rupestres, que actualmente não têm qualquer visibilidade, considerando a densidade do actual coberto vegetal. Com este projecto pretende-se proceder à limpeza da área e estruturar os percursos pedonais que possibilitem a sua observação, criando simultaneamente um prado pontuado por carvalhos. Será também ali criada uma cortina vegetal que permita encobrir o campo de futebol fronteiro, que tem um considerável impacto visual sobre a área, através de uma pequena zona de bosque, constituída por espécies autóctones adequadas, como carvalhos, loureiros e medronheiros. O projecto prevê igualmente a colocação de sinalética direccionada e informativa de proximidade em cada um dos monumentos, sendo complementado com a edição de um folheto informativo.

O segundo projecto a executar, designado *Património Arqueológico do Planalto do Mozinho*, abrange as freguesias de Valpedre, Pinheiro e Capela, e assume-se como um circuito complementar relativamente a um conjunto de outros pontos de interesse cultural já consagrados desta área do Município, nomeadamente o castro de Monte Mozinho, o lugar de Mesão Frio, a aldeia preservada de Cabroelo e o núcleo moageiro do Museu da Broa. Constitui, assim, um percurso histórico com valor, integrado numa rede mais abrangente de locais culturalmente relevantes que podem vir a promover-se mutuamente.

O projecto tem como objectivo principal potenciar a salvaguarda, valorização e promoção do sítio arqueológico do Mosteiro das Freiras, divulgando-se em simultâneo a existência das necrópoles megalíticas da Cruz da Giesteira e da Plaina do Loureiro, que, por não estarem escavadas, escapam ao conhecimento do público em geral. A intervenção neste sítio passará pela melhoria dos acessos e pela aposta numa sinalização direccionada e informativa eficaz, sendo o ponto central do projecto o corte e desvio do caminho público que actualmente atravessa o sítio. As acções de restauro e consolidação das estruturas do eremitério estão igualmente previstas, com repavimentação do interior do recinto arqueológico e tratamento paisagístico da envolvente que permitam uma melhor leitura do mesmo, optimizando-se as condições de fruição do mo-



Figura 9. Planta de intervenção do *Percurso Patrimonial de Santa Marta*

numento, por forma a transformá-lo num ponto de atracção. A estas acções junta-se, uma vez mais, o suporte imaterial através da edição de um folheto informativo. (Fig. 10)

Para finalizar, temos actualmente um outro projecto em mãos, que resultou do acompanhamento arqueológico do Arranjo Urbanístico do Centro Cívico de Abragão, realizado no âmbito da Medida 2.4 do Programa Operacional da Região Norte. Estando a acompanhar presencialmente os trabalhos de remoção do telhado do edifício que se pretendia recuperar, destinado à Junta de Freguesia, identificámos nas paredes

do mesmo vários elementos com decoração românica ali reaproveitados. O pequeno edifício era constituído por dois pisos, caiados interiormente, e por uma cozinha, com forno e lareira, à qual estava anexada, pelo exterior, uma forja de ferro.

Desde logo foi necessário reunir as várias entidades envolvidas no projecto, tendo-se decidido, antes de mais, proceder à limpeza e remoção da cal das paredes para que se pudesse realizar um levantamento dos vestígios existentes¹⁴. Assim, foi feito um levantamento exaustivo de todos os alçados interiores e exteriores do edifício, tendo-se identificado e registado

¹⁴ As entidades envolvidas neste projecto são o Município de Penafiel, a Delegação Regional de Cultura do Norte (ex IPPAR), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte e a Rota do Românico do Vale do Sousa.

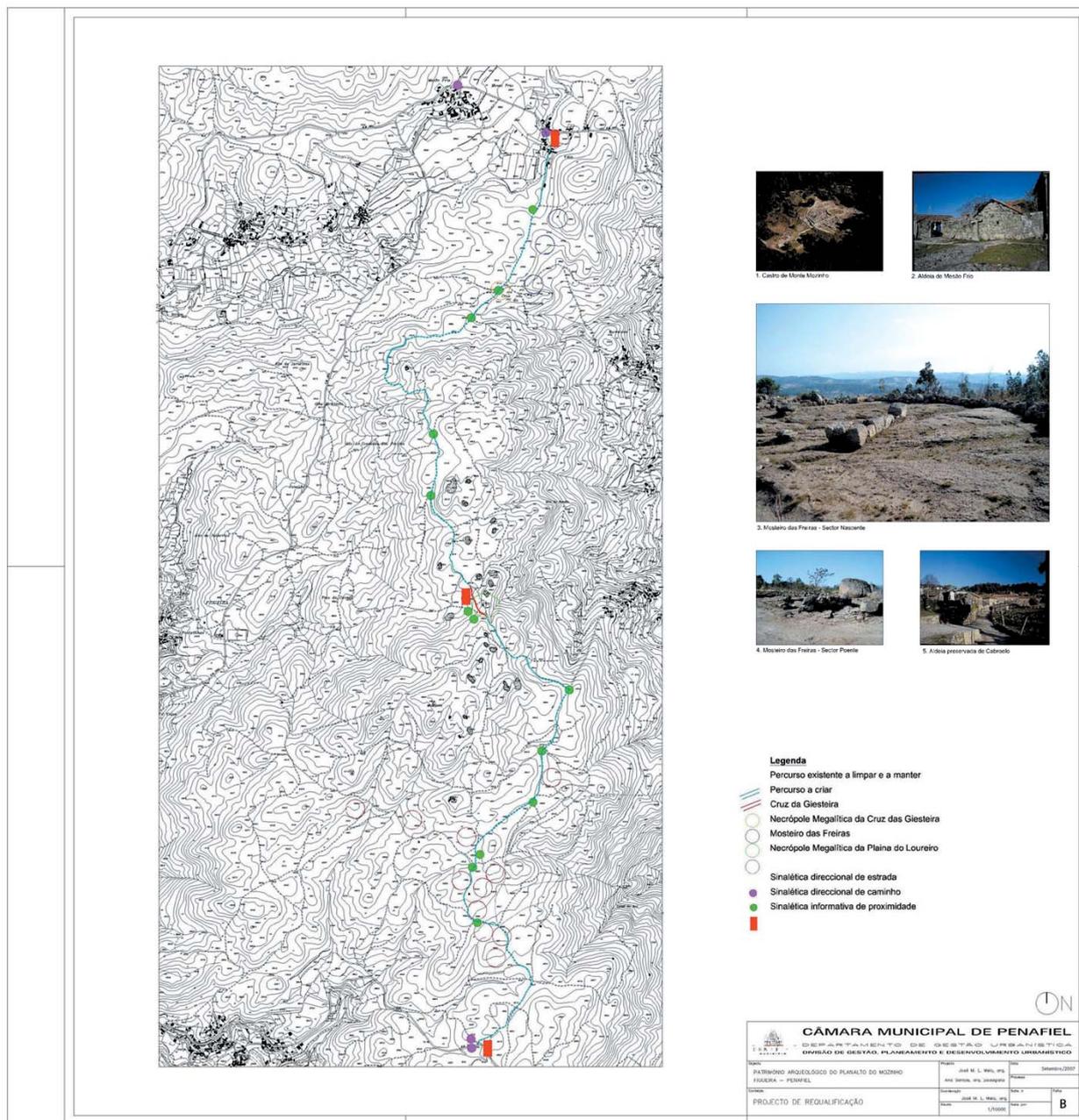


Figura 10. Planta de intervenção do Património Arqueológico do Planalto do Mozinho

em desenho um total de 48 elementos com decoração românica. No entanto, verificámos que a maior parte dos silhares estavam com a decoração virada para o interstício da parede, tendo sido sobretudo aproveitadas as faces laterais no aparelhamento dos muros. Facilmente concluímos que deveria haver bastantes mais vestígios do que os identificados no levantamento, até

porque as paredes do edifício eram duplas. (Fig. 11) Dada a relevância deste achado tão inesperado, foi então decidido suspender a obra de recuperação do edifício existente e proceder ao seu desmonte, manual e com o nosso acompanhamento permanente, tendo esta operação aumentado o número de silhares com decoração para 70. Os elementos pétreos vieram en-



Figura 11. Identificação para levantamento dos elementos românicos em Abragão

tão para o Museu Municipal, onde foram lavados manualmente e marcados com a numeração que lhe fora atribuída aquando do desmonte, com relação à sua posição nos alçados do edifício. Evidentemente, foi necessário proceder à reformulação do projecto inicial e da própria candidatura ao ON, passando esta a contemplar já não a recuperação do edifício, mas os necessários estudos e tratamentos dos vestígios encontrados. Assim, presentemente estão concluídos o desenho individual de cada um dos silhares e o tratamento de conservação dos mesmos, tendo sido executada a limpeza e a estabilização físico-química dos granitos, já que se verificou a necessidade de os consolidar dado o grau de desagregação que apresentavam¹⁵.

O estudo artístico e iconográfico dos elementos decorativos está a ser realizado por Lúcia Rosas, da FLUP, que entretanto fez connosco uma análise preliminar deste conjunto, tendo-se concluído que os silhares

permitem a remontagem parcial de um portal, com duas a três arquivoltas, do qual existem dois capitéis e duas bases do lado do Evangelho. Concluimos, portanto, que a igreja de Abragão teria tido em época românica provavelmente a mesma escala das igrejas de Paço de Sousa ou de Roriz, sobretudo quando verificámos que tínhamos naquele conjunto parte de uma grande rosácea, cujo diâmetro interior ronda os 2,70m. Este estudo integrará uma publicação, editada pelo Museu Municipal na série *Roteiros*, e um folheto informativo e de divulgação do achado e do contexto histórico-artístico da Igreja de Abragão. (Fig. 12)

A intenção das várias entidades envolvidas no projecto é agora integrar estes elementos num novo edifício, construído de raiz para albergar museologicamente os silhares, correctamente remontados. O novo edifício, inicialmente destinado à Junta de Freguesia, virá a funcionar também como centro interpretativo da Rota do Românico, contribuindo não só para a divulgação e promoção daquele

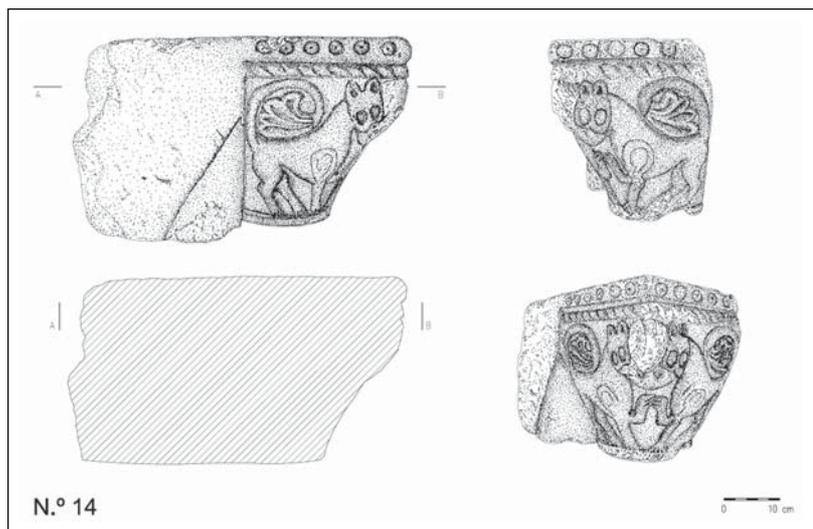


Figura 12. Capitel românico proveniente de Abragão (Desenho de Helena Bernardo)

¹⁵ Os desenhos foram realizados por Maria Helena Parrão Bernardo.

projecto regional, como também para o reforço da imagem românica da igreja de Abragão, profundamente alterada nos séculos XVII e XVIII.

Mas o esforço para uma eficaz valorização e divulgação do património arqueológico passa também, e sobretudo, pelas actividades do quotidiano, nomeadamente pela sensibilização das populações, em especial do público escolar, e das Juntas de Freguesia, que se revelam cada vez mais um parceiro aliado na protecção do seu património.

Neste sentido, a actividade própria do Museu não é menos importante para a gestão do património no que toca à divulgação e à sensibilização, que fazemos

por exemplo através das exposições temporárias, das visitas guiadas ao património concelhio, das actividades pedagógicas do serviço educativo ou do Campo Arqueológico do Mozinho. As acções que o Museu Municipal realiza no âmbito das comemorações anuais do Dia Internacional dos Museus, do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, ou ainda das Jornadas Europeias do Património, têm vindo a revelar-se um êxito, contribuindo para que o enfoque sobre o património arqueológico do Município alerte a consciência de todos para a importância que a sua preservação assume no contexto da identidade e memória colectiva das futuras gerações.

Bibliografia

CARVALHO, T.P. (1998) - *A terra sigillata* de Boelhe, in *Cadernos do Museu*, n.º 4. Penafiel: Museu Municipal de Penafiel, p.XXX

CARVALHO, T.P. (2005) - O castro do Mozinho: as candidaturas ao POC-ON e INTERREG - III A, in *Cadernos do Museu*, n.º 11. Penafiel: Museu Municipal de Penafiel, p.XXX

SANTOS, M.J.F. (2005a) - A gestão municipal do património: o caso de Penafiel, in SILVA, António Manuel S.P. (Coord.) - *Cartas Arqueológicas: do inventário à salvaguarda e valorização do património. Actas das Jornadas realizadas em Arouca em 2004* – Arouca: Câmara Municipal de Arouca, p. XXXX

SANTOS, M.J.F. (2005b) - *A Terra* de Penafiel na Idade Média – estratégias de ocupação do território (875-1308), in *Cadernos do Museu*, n.º 10. Penafiel: Museu Municipal de Penafiel, p.XXXX

SOEIRO, T. (1998a) - Monte Mozinho: projecto de valorização e dinamização cultural, in *Cadernos do Museu*, n.º 2. Penafiel: Museu Municipal de Penafiel, p.XXXX

SOEIRO, T. (1998b) - O sítio romano da Bouça do Ouro, Boelhe, in *Cadernos do Museu*, n.º 4. Penafiel: Museu Municipal de Penafiel, p.XXXX

SOEIRO, T. (1998c) - *Monte Mozinho, sítio arqueológico*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel/Museu Municipal.